DO ENGENHO CENTRAL À AGROINDÚSTRIA:
O REGIME DE FORNECIMENTO DE CANAS.

Maria Orlanda Pinassi

Coleção Cadernos do CEDEC nº 9 1987

NORDESTE E SÃO PAULO: A DIVERSIDADE SUBSIDIADA

De meados do século XIX até a grande depressão econômica ocorrida nos anos 29/30, toda a economia brasileira esteve assentada no "modelo de crescimento para fora"; mobilizada essa economia prioritariamente pela produção agrícola, esse período transfere à cultura cafeeira destinada à exportação para mercados internacionais toda a geração da sua fonte de renda.

O evento catastrófico ocorrido em 1929, provocado pelos países de capital avançado, arrasta e deposita naqueles de economia periférica, assentados numa política de exportação de matérias-primas, os graves problemas, próprios daquele momento (1). Essa foi a forma encontrada e, também, a mais eficaz para a resolução dos abalos críticos que sacudiam periodicamente o grande capital (2).

---

(1) "Dizer que não há superprodução em geral, mas desproporção entre os diversos ramos de produção equivale a afirmar que, na produção capitalista, a proporcionalidade entre os diferentes ramos de produção se revela processo constante oriundo da desproporcionalidade, impondo-se aos agentes de produção e conexão interna de toda produção como lei cega e não como lei apreendida racional e coletivamente por isso dominada e mediante a qual teriam eles submetido o processo de produção a seu controle comum. Com aquele postulado exige-se ainda que países onde não está desenvolvido o modo capitalista de produção, consumam e produzam em nível conveniente aos países de produção capitalista." (Marx, K. *O Capital*, Livro 3, vol. 4, 4ª ed., 1980, p. 295)

(2) Longe de ser revestimento de proteção inovador, foi neste século que o modo capitalista de produção dá a sua cartada definitiva, transferindo aos elos débeis da cadeia as fragilidades das suas leis, assim como a agudização ali das contradições próprias da divisão internacional do trabalho. Ou seja, "opor a política econômica bra

O Brasil, marcado por sua posição dependente, assiste ao bloqueio dos mercados para o café, produzido principalmente pela Região Centro-Sul e, conseqüentemente, a falência das fazendas e negócios ocupados com tal produto.

O monolitismo sob o qual foi erigida e sustentada a economia cafeeira, gerou a negação de sua existência nesses mesmos moldes. O colapso da política econômica brasileira trouxe, em si, uma preocupação com a dinâmica das atividades voltadas para o atendimento da demanda interna, sobrepujando-se, assim, o processo de substituição de importações. Surgem, então, os elementos aguilhoadores à expansão da agro indústria açucareira que, por motivos imperativos dados pela conjuntura favorável ao café, estava bloqueada.

Cont. nota 2

sileira à divisão internacional do trabalho resulta fundamentalmente de dois graves equívocos. O primeiro consiste em ignorar que essa política visa, antes de tudo, a assegurar a reprodução do capital cafeeiro e do capital internacional, como já demonstramos. Ora, a política econômica que assegura condições de reprodução da posição subordinada do Brasil na economia mundial é um dos aspectos fundamentais da divisão internacional do trabalho. O segundo equivoco é o mais importante porque, na verdade, inclui o primeiro. Ele consiste em desconhecer as contradições da própria divisão internacional do trabalho. Talvez esse equívoco seja ainda mais geral e suas verdadeiras origens estejam no entendimento errôneo do que é uma contradição. Uma visão parcial e simplista reduz a contradição à existência de dois pólos que se excluem mutuamente numa concepção puramente estática, que inclui apenas dois momentos perdidos no tempo e no espaço: a dominação e a negação dessa dominação. Elimina-se desse modo o essencial da contradição: a luta constante entre os dois pólos, que configura a unidade e determina o movimento". (Silva, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, 1981, p. 112).

As terras paulistas que vinham sendo ocupadas com a cafeicultura, a partir de 29, vão cedendo espaço aos inúmeros canaviais. Essa transformação do cenário agrícola paulista satisfazia plenamente às expectativas do governo local na busca de soluções baseadas na "fundação em bases de estabilidade livre da concorrência de açúcares de outras procedências" (3).

Mesmo durante os anos de apogeu do café a região de Piracicaba, no Estado de São Paulo, não abandonou e mesmo manteve significativa produção canavieira. Após a crise, outras regiões, como a Mogiana e a Araraquarense, resolvem seguir seu exemplo, na medida em que "atraem capitais que se formaram e desinvertiam no setor de exportação" (4).

Aumenta significativamente o número de usinas de açúcar "depois que o café começou a desinteressar os capitais após as continuadas crises motivadas pelas desvalorizações artificiais" (5).

O Estado de São Paulo vinha gradativamente reformulando o seu universo agrícola. Considerado inovador em termos de cultura canavieira, o governo paulista a incentiva em

---

(3) Dé Carli, G. *Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo*, 1943, p. 71.

(4) Furtado, C. *Formação Econômica do Brasil*, 1959, pp. 66-67.

(5) "Com o café iria acontecer o mesmo que com o açúcar ou muitos outros produtos agrícolas; seus preços cadentes nos mercados mundiais refletiriam, principalmente, as melhorias na produtividade obtidas nos processos de cultivo, de beneficiamento, de transporte e de comercialização. E aos países que se atrasassem nessas melhorias não restou outro artifício mais fácil do que a desvalorização externa de suas moedas, para benefício dos produtores-exportadores e prejuízos da maioria da população." (Guimarães, A.P. *A Crise Agrária e o Complexo Agroindustrial*, p. 90).

moldes progressivamente mais modernos do que os oferecidos pelos tradicionais engenhos localizados no Nordeste (6).

Através da Secretaria de Agricultura é instalada em Piracicaba uma "estação experimental que começou a obra de soerguer a lavoura canavieira paulista, objetivando a substituição no mais breve tempo possível das variedades de cana, afetadas pelo mosaico" (7).

Tabela 1 - Substituição de Variedades de Cana Suscetíveis, por Variedades Resistentes ao Mosaico, no período de 1925/1929, Estado de São Paulo

Ano	Variedades Suscetíveis	Variedades Resistentes	Total
1925	99%	1%	100%
1926	88%	12%	100%
1927	75%	25%	100%
1928	25%	75%	100%
1929	15%	85%	100%

FONTE: Dé Carli, Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo p. 83, 1943.

(6) "O quadro sócio-econômico que corresponde a essa organização espacial e agrária define o sistema usina, o qual, sucedendo ao sistema engenho, haveria de se diferenciar profundamente. Nele quase não são mais vistos aqueles traços da velha sociedade patriarcal, que possuía a sua célula básica no estabelecimento rural expressivamente chamado engenho. No seu lugar estão os característicos representativos de um tipo de estrutura mais eminentemente capitalista onde, entretanto, a força econômica se faz mais representar pelo tamanho das fábricas de açúcar mas também pela extensão dos domínios fundiários e dos canaviais que os cobrem." (Mello, M.L.do *O Açúcar e o Homem*, 1975, pp. 47-48).

(7) Queda, O *A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*, 1972, mimeo, p. 88.

Tabela 2 - Produção de Açúcar no Estado de São Paulo no Decênio 1926/1927 a 1935/1936 (sacos de 60 kg)

Anos	Produção
1926/1927	375 930
1927/1928	652 867
1928/1929	845 980
1929/1930	1 113 417
1930/1931	1 108 510
1931/1932	1 565 824
1932/1933	1 673 998
1933/1934	1 828 668
1934/1935	1 844 456
1935/1936	2 031 045

FONTE: Anuário Açucareiro, 1936: 82.

Com essa experiência, a fragilidade da produção, anualmente abalada pela ocorrência de pragas, encontrara um canal de extirpação do risco, além do que, proporcionou a São Paulo um volume bem mais elevado de produção.

A interiorização da economia brasileira trouxe consequências graves à produção açucareira nordestina. Durante a fase de expansão do volume de café paulista para exportação, Pernambuco e Alagoas detinham a hegemonia sobre os mercados consumidores internos da produção açucareira. Os maiores demandantes do açúcar do Nordeste estavam localizados no Estado de São Paulo e o restante era destinado ao mercado externo (8). A transformação da lavoura paulista e a instalação

(8) Conforme Gnacarinni, é possível distinguir os diversos Estados brasileiros desta forma: a) os Estados que "exportavam sua própria produção; b) os que reexportavam a produ-

de agroindústrias açucareiras na região, ainda que não tives sem fornecido auto-suficiência produtiva já evidenciava para o Nordeste a perda do seu maior e melhor mercado a nível nacional. A crise de 29, ao acarretar uma depreciação de 65% sobre o açúcar nordestino, agrava essa situação.

Ao caos em que se encontrava o açúcar brasileiro, além de outros produtos agrícolas também importantes para a divisa nacional, foram necessárias medidas de controle estatal, indispensáveis à organização da agricultura.

Esbarra nesta relativa oposição básica de natureza colonial acerca da divisão nacional do trabalho, o condicionamento "das relações entre os grandes proprietários nas economias açucareiras regionais, tanto a nível econômico como a nível político. Os grandes embates e as grandes alianças,até hoje, sempre se fizeram em torno dessa cisão básica" (9). Inclusive os conflitos que ocorreram entre fornecedores de cana e usineiros caracterizaram, via de regra, essa ruptura.

Cont. nota 8

ção alheia; c) os que apenas 'importavam' sem serem produtores e d) finalmente, os que sendo produtores 'importavam' grandes quantidades. Os conflitos a que aludimos deram-se de um lado os Estados pertencentes à primeira categoria e, de outro, aqueles pertencentes à última(...) Pernambuco, Rio de Janeiro, Alagoas e Sergipe foram os Estados que compuseram o primeiro grupo. São Paulo e Minas Gerais, e mais recentemente o Paraná, formaram o último. No final da década de 50, também os Estados de São Paulo e Minas Gerais se tornaram 'exportadores'". (*Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo*, 1972, mimeo, p. 25).

(9) Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., p. 25.

Neste mesmo sentido, pode-se demonstrar que as divergências regionais na questão açucareira freqüentemente acomodavam-se, para não dizer que simplesmente não evidenciavam perspectivas de um projeto comum de libertação nacional, frente ao controle dos grupos capitalistas estrangeiros. O caráter regionalista da economia brasileira até a década de 30 era o reflexo da compartimentação da produção açucareira, que nunca apresentou uma realidade integrada. Encontravam-se separadas as esferas de produção e comercialização dos produtos exportáveis. Os períodos de superprodução favoreciam ainda mais essa divisão do trabalho, própria de uma economia marcadamente mercantil. Os grandes excedentes estocados e em poder dos grupos comerciantes-refinadores, quase sempre paulistas, levavam às manobras especulativas sobre o preço dos açúcares, lesando produtores e consumidores (10).

Apesar da dominação dos exportadores e comerciantes-refinadores sobre os usineiros, tanto do Nordeste como de São Paulo, essa última fração não se uniu em torno de um projeto de libertação comum. Isso porque os paulistas percebiam vantagens, como, por exemplo, contar com um "mercado à porta", em relação à situação dos nordestinos. Foi pensando nestas posições irremediavelmente antagônicas e irracionais que o Estado interveio nessas relações através da criação do IAA em 1933.

---

(10) "A refinação em São Paulo resumia-se a uma 'mudança de forma, simples moagem do cristal por elevação e baixa rápida de temperatura', conforme relato de Fréderic Sawyer, engenheiro encarregado pelo governo estadual de proceder a um levantamento dos engenhos centrais paulistas em 1904. A quase totalidade da produção das usinas dependia da rede de distribuição desses comerciantes-refinadores (...) Apenas nas vendas para o interior é que algumas usinas conseguiram organizar-se na comercialização do seu próprio açúcar, como a de Henrique Dumont" (Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., p. 123).

A primeira medida baseada na limitação da produção açucareira funcionou mais no sentido de delimitar a capacidade de produzir indefinidamente do que constrangimento à produção até então verificada. Ainda que aparentemente a intervenção forçasse uma produção recalcada, a agroindústria paulista viu, além da eliminação de barreiras, impostas pela concorrência com as pequenas fábricas de açúcar vizinhas, a conquista de novas áreas (11). Essa situação forçou a criação das condições para o predomínio da indústria açucareira paulista a partir da década de 50. A medida "ou esta nova dimensão da intervenção do Estado longe de contrariar os interesses dos produtores, atendia a solicitações explícitas destes, há muito formuladas" (12).

Ao contrário das expectativas da burguesia responsável pelo comando da agroindústria paulista, que alcançava resultados satisfatórios, as medidas de limitação trouxeram graves prejuízos às do Nordeste, que controlava plenamente até aí a quase totalidade da expressão econômica e política do açúcar no país. Enquanto São Paulo assiste a um processo gradativamente acelerado de expansão industrial, num contexto diversificado, as usinas nordestinas, prioritárias para a economia da Região, sofrem uma retração de capital por ausência de mercado para colocar sua produção (13).

---

(11) O plano de limitação atinge sobremaneira as usinas em São Paulo que vinham produzindo em escala crescente, porém, "os usineiros paulistas compreenderam ser preferível colaborar com o órgão intervencionista do que ser a indústria açucareira intermitentemente sacudida por crises de preços que acarretam sempre crises de produção." (Dé Carli, G. *Gênese e Evolução da Indústria Açucareira de São Paulo*, 1943, pp. 155-156).

(12) Wanderley, M.N. *Capital e Propriedade Fundiária*, 1958, p. 57.

(13) "A política do IAA em relação ao Nordeste tem uma dupla significação. Por um lado, ela assegura a sobrevivência da porção regional através de medidas de caráter prote-

O REGIME DE FORNECIMENTO DE CANAS:

A DIALÉTICA DO "VELHO" E DO "NOVO"

Para bem empreender a tarefa de resgatar a importância do ressurgimento das grandes plantações canavieiras neste século, assim como da capacidade de transformação industrial por unidades operando com maquinário altamente sofisticado, é necessário repensar a importância dos agentes que, secundariamente, sustentavam as bases da economia açucareira no Brasil. Particularmente, o interesse deste estudo é voltado com maior intensidade para o pequeno produtor canavieiro, cujo vínculo com a agroindústria não se dá sob as bases da autonomia e da liberdade, mas sob o empenho absoluto da sua capacidade de trabalho, não para si, mas para o outro.

A história da criação da categoria de fornecedores de cana, especificamente no Nordeste, remonta aos tempos de instalação dos Engenhos Centrais, como unidades processadoras de açúcar. Ocorreu em meados do século XIX e significou uma transformação radical do ponto de vista da técnica implantada, da composição interna de capitais e dos rearranjos da base social e econômica. Esses fatores vieram responder

---

Cont. nota 13

cionista. Mas por outro lado, reduz a uma posição secundária no conjunto da economia açucareira nacional, enquanto não impediu — e mesmo reforçou — o controle progressivo pelos estados sulistas, particularmente São Paulo, do mercado interno. O protecionismo adotado constituiu uma contrapartida política a esta posição secundária, oferecida aos industriais nordestinos o que lhes garante a manutenção da sua própria dominação de classe a nível regional." (Wanderley, M.N. Op. cit., p. 58).

às necessidades de produção, quantitativa e qualitativamente no tocante à demanda de açúcar no mercado externo e à tentativa de melhorar a posição brasileira para atingir um nível tal que permitisse uma situação de competitividade frente a Cuba, Filipinas e Java, considerados os maiores produtores da época (14).

Até então, toda a produção açucareira realizada no Brasil vinha sendo processada em antigos engenhos, tal qual foram projetados no início do período colonial. Caracterizam e retratam "a sociedade patriarcal do açúcar, com a figura do senhor de engenho frente aos seus domínios territoriais desempenhando cumulativamente as funções de empresário e de detentor ou donos dos fatores de produção (inclusive a mão-de-obra que, no regime da escravatura, representava ao mesmo tempo força de trabalho e capital investido)bem como funções de poder público expressas no amplo exercício da autoridade e na prestação de serviços às comunidades sob seu domínio. Com um autoritarismo e não raro despótico, combinava-se um assistencialismo paternalista" (15). Entretanto, essas fábricas encontravam-se num estágio inferiorizado quanto à tecnologia utilizada pelos grandes centros produtores mundiais. A própria natureza dos equipamentos industriais modernos de fabricar açúcar impunha que a sua aquisição e montagem exigissem investimentos relativamente elevados, para os quais não era fácil mobilizar recursos no Brasil dos últimos decênios do século passado. Barbosa Lima Sobrinho descreve o problema

---

(14) Cuba, Porto Rico e Filipinas tinham predominância de capitais norte-americanos diretos, enquanto Java, Índias Ocidentais e Antilhas Inglesas eram do interesse majoritário da Inglaterra e Holanda.

(15) Mello, M.L. de Op. cit., p. 33.

da seguinte forma:

> "Todos os centros produtores, apoiados a capitais metropolitanos, conseguiam progredir, mas o Brasil independente ficava amarrado às suas fábricas antiquadas e à rotina de sua lavoura. Tudo era difícil porque tudo representava despesas não pequenas num país que não tinha capitais e também não aprendera ainda a criar os seus próprios capitais." (16)

A transformação industrial não foi possível nos limites do quadro acima descrito (17). Diante disso, os grupos sociais dominantes no interior do país não podem dispor do volume de capitais, que permitisse a eles encampar o processo de modernização com base na nova orientação (18).

---

(16) Barbosa Lima Sobrinho *Dos Engenhos Centrais às Usinas de Açúcar de Pernambuco*. Separata de Jurídica, 1971, p. 11.

(17) "É dentro desse quadro de composição violenta que o Brasil luta para manter sua posição no mercado mundial do açúcar nas primeiras décadas do século passado. Mas para que isto acontecesse tornava-se indispensável a introdução de certos melhoramentos no processo produtivo. Tais melhoramentos parecem ter ocorrido: na parte agrícola, a introdução de variedades mais produtivas de canas e na parte industrial, a substituição da potassa pelo cal no processo de clarificação do açúcar; as moendas horizontais substituíram as verticais; o bagaço de cana passou a ser usado como combustível no lugar da lenha; os sacos de algodão substituíram as caixas de madeira na embalagem do açúcar e, por fim, embora com certo atraso, a introdução da máquina a vapor em substituição à energia animal." (Queda, O. Op. cit., p. 41).

(18) Ocorreu, por parte do Presidente da Província de Pernambuco, a abertura de contratos com firmas européias que se dispusessem à construção das Centrais. Os grupos capitalistas da Europa, para isso, receberam incentivos e benefícios à implantação de capitais neste empreendimento.

Uma característica que marcou a fundação dos Engenhos Centrais, capitaneados por grupos estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, foi que a esses era reservada a incumbência de dirigir o trabalho industrial, enquanto que a função eminentemente agrícola seria controlada pelos antigos senhores de engenho (19).

A separação ocorrida não foi produto do arbítrio do Estado conforme revelam os documentos do Congresso Agrícola do Norte, patrocinado pela Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernambuco (20). Durante a realização desse encon

---

(19) É processada, assim, a separação entre agricultura e indústria, própria de uma fase do capitalismo. Trata-se, porém, de uma separação agilizada e utilizada pela legislação para beneficiar uma classe dominante. No capitalismo moderno deve ocorrer novamente a reunião da indústria com a agricultura, sob a forma mecanizada desta última ao menos com a divisão do trabalho moderna(cooperação em larga escala e trabalho assalariado).

(20) Conforme Barbosa Lima Sobrinho, "o panorama não podia ser mais pessimista, quanto à situação do plantador de canas. E a verdade estava com esses escritores, dentro das ressalvas que eles apresentavam. Ainda em vésperas da criação e desenvolvimento das primeiras usinas, reunia-se no Recife, sob os auspícios de uma agremiação prestigiosa, a SAAP. Vários problemas, nas relações entre industriais e lavradores foram examinados e discutidos pelos congressistas. O que é interessante, nessa assembléia, é a conformidade de seus componentes diante das afirmações de defesa, ou exaltação dos lavradores (...) Prevaleceu a tese de que deveriam as centrais ou usinas separar a parte industrial da parte agrícola.Vingou também a recomendação que mandava 'fazer leis em que se regulem as relações entre proprietários e lavradores, e entre locatários e locadores, ou melhor, um código rural'. E o curioso é que essas conclusões vinham de elementos estranhos à classe. Não correspondiam a uma reivindicação dos lavradores. Surgiam dos próprios senhores de engenho, que haviam convocado o Congresso do Recife e nele mantinham incontestável hegemonia." (*Problemas Econômicos e Sociais da Lavoura Canavieira*, 1943, pp. 8-9).

tro, ocorrido em 1878, prevaleceu a tese do trabalho industrial separado da agricultura, de autoria e defesa dos próprios senhores de engenho, como forma de responder à necessidade de modernização, impraticável para eles, pelos motivos já referidos anteriormente.

Apesar da aceitação inicial dos senhores de engenho à condição de fornecedores de cana, da obrigatoriedade de contratos entre esta categoria e os grupos ligados ao setor industrial, conforme Decreto-Lei nº 10.393 de outubro de 1893, o sistema dos Engenhos Centrais falha, primeiramente, porque "os senhores de engenho subestimaram a concorrência que as Centrais fariam às suas próprias fábricas" (21). Por outro lado, o fracasso foi decorrente da ausência de mercado, elevado custo de transporte, dificuldades de armazenamento da cana, altamente perecível após o corte, contratos longos, variabilidade do preço da cana de acordo com o preço do açúcar que, por sua vez, varia na conformidade das flutuações cambiais. Começam a espocar e a se alastrar conflitos entre as classes envolvidas, concluindo por provocar irregularidades no fornecimento e, assim, conseqüentemente, dificuldade de fabricar açúcares a preços competitivos (22).

---

(21) Wanderley, M.N. Op. cit., p. 43.

(22) "A corrida para as bolsas de valores em Londres e em Paris, por parte dos capitalistas ingleses e franceses, parece estar ligada diretamente a essa competição comercial entre fabricantes de máquinas destinadas ao fabrico de açúcar (...) Fréderic Sawyer, escrevendo em 1904, afirmou que o fracasso dos engenhos centrais constituídos sob a forma de sociedades anônimas, deveria ser creditado à especulação de 'pessoas de alta respeitabilidade que convidam seus amigos e o público a se associarem (às companhias, que eles estão lançando no mercado)para comprarem de um sindicato, do qual provavelmente fazem parte, um negócio industrial (engenho central) que o dito sindicato pode adquirir em condições vantajosas(...) Algumas vezes, esse preço é de tal modo exagerado que

Essa experiência procurou libertar a indústria dos riscos agrícolas e subordinar a agricultura às suas necessidades. "É assim que o mercado de matérias-primas agrícolas tende a ser dominado pelos compradores industriais, subordinando a oferta dos produtos agrícolas à satisfação de suas próprias necessidades. Essa subordinação dos produtos agrícolas aos consumidores produtivos é constante da expansão do capitalismo industrial" (23). São questionáveis, no entanto, os resultados apresentados pela cisão dos fatores de produção, já que a bipolaridade radical de suas posições não permitia funcionar como complementares, além do fato de ambos estarem submetidos ao setor comercial.

Cont. nota 22

os lucros da indústria podem ser considerados absorvidos por muitos anos, e quase sempre a quantia reservada como capital de giro é ridiculamente insuficiente'(...) A suspeita de que vários incorporadores dessas companhias eram testa de ferro de fabricantes de maquinaria, advém da observação que, uma vez montadas as máquinas e aparelhos mais modernos, várias das instalações essenciais ao funcionamento dos engenhos não eram completadas ou sequer iniciadas. Outras vezes aconteceu de as máquinas, embarcadas no exterior, não corresponderem às especificações técnicas aprovadas pelo Governo, e serem de qualidade inferior ao estipulado". Ao contrário da afirmação de que as centrais faliram devido principalmente à irregularidade no fornecimento de cana, constata-se que pelo "Relatório de 1886, referente a Pernambuco, diz-se que nenhum dos quatro engenhos centrais chegou a fabricar a sua cota de açúcar, variando de pouco mais da metade, a pouco mais da sétima parte. A oferta de canas sempre foi superior à possibilidade de recebimento, devido à falta de linha férrea, transporte férreo irregular, paradas constantes dos engenhos, por causa da impropriedade das máquinas ou má conservação. No Relatório do mesmo ano, referente à Bahia, um engenho foi muito bem montado, com maquinismo da melhor qualidade, mas para uma necessidade de consumo de 4.000 metros cúbicos de água contava apenas com 396 metros cúbicos." (Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., p. 112-113).

(23) Singer, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, 1968, p. 87.

A falta de amparo legal restringiu a atuação dos fornecedores de cana nordestinos nos inúmeros conflitos tidos contra os Engenhos Centrais. A caótica legislação vigente na época não conseguiu disciplinar tais relações, constantemente envolvidas em processos litigiosos, principalmente quanto ao tabelamento dos preços da cana, insuficiente, na maioria das vezes, para cobrir as necessidades de reprodução dos canavieiros. Por essas razões, o sistema baseado na divisão do trabalho agrícola do trabalho industrial deve ser pensado enquanto um recurso capitalista, cujas determinações racional e irracional derivam da necessidade e da saturação das possibilidades históricas, respectivamente.

O Estado passa, então, a adotar medidas mais severas de controle sobre as relações entre fornecedores de cana e industriais do açúcar, marcando uma fase de elaboração de inúmeros decretos-leis. A Lei 178, neste sentido, teve papel precursor na tentativa de pacificar tais relações.

À indústria açucareira de São Paulo não cabiam as prerrogativas de intervenção do Estado voltadas ao apaziguamento dos conflitos mencionados, porque aí era mais significativa a agricultura operada sob o regime de colonato, que contrastava com a tradição permeada pela "luta secular" do Nordeste. O ajustamento da legislação às condições paulistas intencionalmente "evitava" o que não existia na estrutura de produção agrícola de São Paulo. Reconhecem-se, aí, as manhas da legislação.

Os produtos industriais, em ritmo crescente no estado paulista, substituem gradativamente aqueles oriundos do mercado europeu que, por tradição, abasteciam as necessidades do Nordeste. Acontece, então, um estreitamento das relações entre as duas regiões, na troca de produtos agrícolas,

mais especificamente o açúcar, por industrializados. Essa fase de internalização da economia brasileira significou um importante fator de expansão do parque industrial paulista, enquanto que para o Nordeste significou apenas a relocalização da dependência do mercado externo pelo interno.

Havia já, desde 1929, algumas poucas pequenas plantações de cana em São Paulo, mas como "prática eventual de acordo com as variações de preço no mercado". Sem expressividade na economia agrícola paulista, sua existência era ofuscada pelas grandes propriedades ocupadas com a cultura cafeeira. A crise de 29, provocando a extirpação de milhões de pés de café, determina sua substituição paulatina pela cana-de-açúcar, cuja aceitação nos mercados interno e externo vinha experimentando progressos.

As terras foram absorvidas, em grande parte, por proprietários de usinas que se encontravam em fase de expansão quantitativa (24).

---

(24) "Nas duas primeiras décadas deste século, a produção de açúcar paulista já se expandira grandemente, tanto em virtude da ampliação do mercado consumidor de açúcar no próprio Estado, como em conseqüência da inversão de capitais na indústria açucareira, os quais haviam sido liberados pelas crises de café. Antigos fazendeiros comerciantes de café como Nogueira, Alves, Dumont, Junqueira, Schmidt, Ferreira Ramos, Pimentel, Miranda, Pinto, tornaram-se grandes usineiros e, em muitos casos, passaram a dedicar-se exclusivamente à produção açucareira. Nessa época, algumas dessas firmas entraram também no comércio atacadista de açúcar. Dumont, por exemplo, fazia tão-somente o comércio do seu próprio açúcar, mas outros usineiros, como Alves e Nogueira, tornaram-se grandes comerciantes do próprio açúcar e de açúcar de terceiros. Nogueira, proprietário da grande usina Esther e anteriormente ligado ao comércio de comissão de café, aparece nesse período como um grande 'importador' do açúcar nordestino, o mesmo acontecendo com a firma, de capitais franceses, *Societé de Sucréries Brésiliènnes*, proprietária de quatro usinas em São Paulo e duas no Estado do Rio." (Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., pp. 134-135).

O regime de colonato, comum no período cafeeiro e responsável pela absorção de grandes contingentes de imigrantes europeus, não sofreu modificações com a implantação dos extensos canaviais destinados ao processamento de açúcar e álcool na agroindústria canavieira, em decorrência dos avanços existentes na relação de complementaridade existente entre a agricultura e a indústria (25). Portanto, tal e qual a produção agrícola do café, em São Paulo, o reaparecimento da cana-de-açúcar se dá em bases capitalistas.

---

(25) Ainda conforme Gnacarinni em *Latifúndio e Proletariado*, páginas 95 e 96: "No inquérito procedido naquele ano pelo IAA, o colono de canas aparece caracterizado como uma família trabalhadora que recebe um salário por área trabalhada de produção realizada. Essa família trabalhadora recebia adiantamentos sobre o salário anual, seja em épocas certas, seja pelo desenvolvimento dos trabalhos. Parte desse salário era passado a outros trabalhadores que a família tinha de contratar para suprir sua própria capacidade de trabalho. Os instrumentos de trabalho, assim como as mudas e os adubos, corriam por conta da família trabalhadora, mas era comum que as usinas entrassem com parte desse capital, seja sob a forma de adiantamentos, seja sob a forma de capital próprio. Em muitos casos a família trabalhadora também se incumbia do transporte das canas, utilizando-se de carretas puxadas a animais de sua propriedade. Era comum que as usinas empregassem um sistema de fiscalização do plantio, das capinas, da adubação, mantendo fiscais para correrem as lavouras. Quando uma família não tinha capacidade de trabalho suficiente para realizar sózinha o corte das canas de sua responsabilidade, a usina deslocava trabalhadores de outras famílias a título de adiantamentos sobre créditos da família deficitária. É por isso que alguns contratos de trabalho estipulavam a proibição de os membros da família de colonos buscarem trabalho fora da usina quando lhes conviesse, estando sempre sujeitos às ordens de trabalho impostas pela administração das usinas".

Basicamente, são essas algumas das diferenças entre a produção açucareira do Nordeste e a do Estado de São Paulo. Isso, porém não foi levado em conta pelo Decreto-Lei nº 3855 de 21.11.41, o chamado Estatuto da Lavoura Canavieira, que omitiu propositalmente a distinção e as particularidades das duas regiões (26). A categoria formada por fornecedores de cana paulistas era inexpressiva. Mesmo quando ocorria, a prática de fornecimento se dava com base em uma conjuntura favorável. As pequenas propriedades praticavam, via de regra, uma economia de subsistência e mesmo produção de alimentos para abastecer os mercados mais próximos.

O Estatuto da Lavoura Canavieira apregoa a "paz social" numa configuração de classes aparentemente não conflitantes no Estado de São Paulo. A disciplina social previa a pacificação entre proprietários distintos de usinas e de plantações de cana. Foram centralizados aí os dispositivos constantes no Estatuto, dedicando-se secundariamente às relações de trabalho assalariado.

---

(26) O Estatuto da Lavoura Canavieira significou a cobertura legal para uma situação de desigualdade que vai marcar os rumos do desenvolvimento capitalista no Brasil. O Estado tem mostrado - e suas sucessivas investidas no plano jurídico são uma prova inegável desta prática - a necessidade de articular formas de produção diferentes, valendo-se do plano jurídico. A roupagem adotada é sucessivamente recriada. Dessa forma, o Estatuto da Lavoura Canavieira, tal e qual o Estatuto da Terra e o "Funrural, parece ser um programa mais abrangente, talvez um projeto mais avançado, na perspectiva de representar uma tentativa de articulação, no plano ideológico, das determinações pré-capitalistas, por incluir os trabalhadores engajados numa atividade de subsistência (cultura familiar), atividade essa que também é importante no processo de reprodução do modo de produção capitalista." (Botta, V.L.S. *O Estatuto do Trabalhador Rural e o Funrural: Ideologia e Realidade*, in Perspectiva, nº 1, 1976, p p.198-199).

A Região Norte-Nordeste vivenciou um processo de desenvolvimento lento nas relações de produção. O fornecimento de cana naquela região era exercido por uma classe tradicionalmente poderosa. A perda da sua hegemonia política e econômica, pelas razões já discutidas, foi produto da ausência de acumulação de capitais para encampar o processo de industrialização. O mesmo não ocorreu em São Paulo, cuja cultura de café permitiu uma rápida acumulação, e, o que é melhor, transferida em grande parte para o setor industrial. Resgatar tais diversidades pode ser uma contribuição para a discussão necessária dos caminhos assumidos pelo desenvolvimento capitalista no Brasil, na busca intencional de articular contradições e desigualdades.

A expansão quantitativa da agroindústria não era suficiente para atender à crescente procura pelos mercados do açúcar e do álcool. A realização dos objetivos só poderia ser alcançada mediante uma expansão de ordem qualitativa.Foi a partir dessas necessidades que a Economia Dirigida do Governo de Getúlio Vargas fomenta o equilíbrio entre o poder da burguesia agrária e comercial e a emergente burguesia industrial, projeto realizado através da criação das condições políticas e econômicas favoráveis ao desenvolvimento qualitativo das usinas. E o fato de estarem elas localizadas no meio rural não significa que sejam expressão da tradição agrarista. Ao contrário, com a abolição da escravatura e a posterior transformação dos Engenhos Centrais em usinas, o senhor de engenho assume, além da representação dos canaviais, os interesses próprios da burguesia industrial (27).

---

(27) Queda, O. Op. cit., p. 117.

Não havendo como adquirir de imediato os recursos necessários para ampliação das áreas canavieiras, nem aqueles destinados à instalação, ampliação e modernização da agro indústria, foram criadas pelo Estado as instâncias legalizadoras do fornecimento de cana, mediante mecanismos que despertassem interesses à cultura de cana-de-açúcar.

Ocorre, neste momento, em São Paulo, uma série de fatores semelhantes aos ocorridos por ocasião da divisão do trabalho agrícola e industrial do Nordeste. Guardadas as proporções, os objetivos foram os mesmos, ou seja, para a plena realização do capital industrial era necessário desincumbir-se dos encargos agrícolas, porém sem abandono da dominação sobre o último setor. Ao fortalecimento da agroindústria eram necessários investimentos destinados à sua modernização tecnológica.

Os mecanismos de atração de interesse pelo setor agrícola foram muito diferentes. No caso nordestino, a supremacia do capital europeu sobre o processo de desenvolvimento industrial revelou o impedimento real de se valer das condições de acumulação que agilizam o processo de desenvolvimento capitalista. As relações sociais baseadas na divisão jurídica dos setores produtivos revelou desde cedo tendência ao conflito. O mesmo não ocorre no caso paulista, cujo ponto forte de atração na agricultura foram os instrumentos e/ou incentivos ideológicos acionados pelo Estado.

A ideologia, impregnada na política de fixação do homem à terra, leva à mistificação do caráter humanista do Estado, além de fetichizar as finalidades reais da sua ação. A decorrência desta atuação desemboca na criação de uma"classe média" no campo, que vai ter uma existência marcada pelo anteparo das contradições, conveniente em períodos de agrava

mento das relações da burguesia com as classes espoliadas. Regula-se a retirada em massa das populações rurais para os centros urbanos, assim como é instituída uma categoria sem identidade, sem programas e, por isso mesmo, facilmente manipulável. A esses fatores, soma-se a transferência dos riscos de plantio aos fornecedores de cana num momento em que o capital precisaria ser aplicado na indústria.

A DIVISÃO DO TRABALHO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL: A INEVITÁVEL SUPERAÇÃO HISTÓRICA

Inúmeros pontos comuns ligaram a produção industrial do açúcar no Nordeste à de São Paulo, porém é inegável que as diferenciações, mais acentuadas do que as semelhanças, determinaram o curso histórico, na objetivação do modo capitalista de produção, de uma e outra região brasileira. Ao contrário das argumentações "fatalistas" que caracterizam conceitos fechados de atraso e progresso, foram as condições particulares das formas empregadas pelo Estado, condições estas que têm que ser avaliadas em função das contradições de desenvolvimento capitalista no Brasil, que deram a tônica imanente ao processo de acumulação de capitais nas diferentes regiões. Em síntese, foram as articulações econômicas e políticas dedicadas de forma privilegiada ao setor agrícola, por um tempo extralimite, que vão ser responsáveis pela menor envergadura dada às diretrizes econômicas do país.

O berço da produção industrial açucareira, localizado no Nordeste, embalou a primeira "experiência das centrais" que se "baseava na separação entre a propriedade rural

e a propriedade industrial" (28). A fase das Centrais naquela região despontou nesta separação de caráter eminentemente político a expectativa de superação da sua inferioridade técnica e, portanto, de produção frente aos maiores centros produtivos do açúcar, a partir da cana e da crescente produção de açúcar de beterraba proveniente da Alemanha.

As sucessivas reações dos senhores de engenho à perda de mecanismos próprios do seu exercício de dominação caracterizaram uma cisão de poderes permeada pelo conflito. Por essa razão, em 1872, os senhores de engenho, relegados a meros produtores de matéria-prima, criam a Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco - SAAP - para onde canalizavam suas reivindicações. Objetivando, principalmente, minimizar os prejuízos decorrentes das atividades produtoras, os senhores de engenho procuraram, através da SAAP, fazer frente à modernização das Centrais, introduzindo em suas próprias fábricas maquinário mais adequado (29).

A Sociedade funcionou com base na facilitação do crédito agrícola aos proprietários rurais que se interessassem em incluir melhoramentos nas suas instalações fabris. A

---

(28) Wanderley, M.N. Op. cit., p. 47.

(29) Cf. Gnacarinni, J.C.A.: "A origem dos fornecedores de cana em Pernambuco prende-se desde remota época às especiais condições da atividade canavieira. A maioria dos fornecedores dedicava-se anteriormente à produção de açúcar bruto e rapadura em engenhocas e velhos engenhos." Os novos aparelhos introduzem o sistema de cozinhamento do açúcar por vácuo e o uso de centrífugas em substituição às obsoletas casas de purgar. Op. cit., p. 101.

bem da verdade, essa foi apenas uma das demonstrações de força da aristocracia nordestina. Ao lado dela, vieram pressões no sentido de fazer valer os termos de concessões que assegurem aos proprietários de terras a prioridade no fornecimento de cana para as Centrais, tal como afirma Gileno Dé Carli em *O Processo Histórico da Usina em Pernambuco*, página 6: "os agricultores e proprietários rurais obrigam-se por si e por seus sucessores, por título universal ou singular a vender à companhia que se organizar, pelo preço da tabela e durante o período de cinco anos consecutivos a contar do dia em que o engenho central começar a funcionar, todas as canas que suas propriedades produzirem (...) a não mudar a lavoura atual que é a das canas e a não reduzir a extensão também atual de suas culturas".

Com exceção de alguns fornecedores que não procuraram modernizar suas instalações, a grande maioria deles beneficiou-se da política de incentivo do Governo Imperial, no sentido de intensificar a produção açucareira nacional.

A economia brasileira do açúcar, predominantemente marcada pelo seu caráter mercantil, expunha o produto à constante e vigilante especulação e aviltamento dos preços, que dominava o comércio atacadista, à exportação e à refinação (30).

A radical separação entre os dois setores produtivos - ainda que subordinados à esfera comercial - na realidade não concorre para a supremacia de um sobre o outro. Num dos discursos de Barbosa Lima Sobrinho, verifica-se que o autor admite que "o dono das terras não tinha condições para

---

(30) Gnacarinni faz, ainda, uma análise detalhada da submissão da esfera industrial e agrícola aos comerciantes especuladores que dominavam os destinos da produção açucareira até a fundação, em 1930, do dirigismo estatal.

adquirir e instalar a fábrica. O remédio parecia ser o de trazer a fábrica", porém, "sem modificar a situação das propriedades, deixando cada qual no seu domínio, dono de regalias, que se esperava não fossem lesadas pelo advento da fábrica, entregue a capitais próprios, muitas vezes estrangeiros, o que vale dizer sem maior interesse em intervir no processo agrícola da produção. Nem sabiam os agricultores que a fábrica não poderia desinteressar-se da parte agrícola, que seria o fundamento e a base de sua segurança, nem conheciam ainda a dependência que a presença das fábricas iria criar para todos eles" (31). Sem dúvida que, apesar da relativa autonomia mantida pelas propriedades rurais nordestinas, visto o seu fortalecimento em associações de crédito agrícola, a modernização de suas instalações fabris e a não-destruição dos seus instrumentos políticos de dominação, ocorre,em grau moderado, como conseqüência da dependência da produção agrícola em relação ao setor industrial. Já foi discutido que a produção açucareira promovida pelas Centrais voltava-se predominantemente aos mercados consumidores externos, além dos nacionais, tais como São Paulo e Distrito Federal, que constituíam, a partir da última década do século passado,os maiores e mais importantes demandantes do açúcar produzido no Nordeste (32).

---

(31) Barbosa Lima Sobrinho *Dos Engenhos Centrais às Usinas em Pernambuco*, Revista Jurídica, nº 16, 1971, p. 16.

(32) A esse respeito, Singer discute a desvinculação parcial da economia açucareira no Nordeste da "divisão internacional do trabalho, no qual se mantivera durante três séculos", para ingressar "na nova divisão do trabalho nacional", que com a incipiente industrialização do Sul, então, principiava a se implantar, na qualidade de fornecedora, 'marginal', de uma ilimitada oferta de matérias primas e alimentos em troca de manufaturados daquela região antes importada da Europa".

Os açúcares brutos produzidos pelos bangüezeiros tinham mercados relativamente estáveis, em aglomerações urbanas de pequeno porte, que, para a limitada visão empresarial da época, fugiam aos seus interesses de penetração econômica.

Ao extrair esses fatores que possibilitaram a manutenção daquela autonomia relativa da aristocracia rural, pode-se concluir que a dependência ocorrida em relação à indústria do açúcar deveu-se muito mais à base comercial em que se assentava a economia brasileira do que à hegemonia da produção industrial. Neste sentido, a correlação de forças entre os dois setores, senão equânimes, não representava exatamente a supremacia do capital industrial sobre a agricultura. Extremamente frágil e dependente das transações comerciais dos comissários representantes das casas de importação e exportação, as Centrais procuravam exercer sobre os fornecedores práticas espoliativas capazes de absorver os prejuízos a que eram submetidos pelo capital comercial. O esquema colonial da produção açucareira sobrevivia, apesar dos esforços do Estado em minimizar a exploração do "empreendimento mercantil, marcado pelo capitalismo agrário, produtor de mercadorias, sob a forma de alimentos e matérias-primas, destinadas aos mercados altamente industrializados". Dessa forma, "não é menos certo que o latifúndio açucareiro não dominava as condições de produção do lucro - peça básica do capitalismo industrial - e por isso, evoluiu por caminhos totalmente diferentes ao pretenso 'modelo' conhecido de 'capitalismo ocidental'(33).

Tanto é verdadeiro, que a tentativa de fortalecer a indústria açucareira nos Estados mais importantes neste setor logrou seus esforços - amparados na separação agricultu-

(33) Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., p. 131.

ra/indústria - de fundar ali um capitalismo com base na supremacia técnica, exclusivamente (34). Sem as condições, que veremos a seguir, de acumulação de capital, obstaculizada pela citada especulação mercantil e a divisão do trabalho irracional, não seria possível fundar o "verdadeiro capitalismo" brasileiro, tal como ocorrera nos casos clássicos, nem é intenção aqui proceder a qualquer identificação por "modelos", muito pelo contrário.

Enquanto as usinas no Nordeste consolidavam um processo de expansão qualitativa baseada na dependência dos recursos do Estado e na redefinição da divisão nacional do trabalho, São Paulo entabulava um quadro econômico e político assentado em bases mais caracteristicamente capitalistas.

Marcadamente regionalista, a política econômica brasileira, até a formação de um aparelho estatal forte no curso da década de 30, processava uma orientação irracional e desorganizada, sobrepondo aos interesses urgentes de industrialização a cobertura do capitalismo agrário e comercial (35). A bem da verdade, "o estabelecimento do fato que a burguesia que comandava o incipiente processo de industrializa-

---

(34) A esse respeito, discutimos, no item anterior, o malogro da instalação das Centrais.

(35) Conforme Singer: "Na primeira fase da nossa industrialização que se pode datar, de modo aproximado, de 1890 a 1920, a economia brasileira se apresentava sob a forma de conjuntos regionais relativamente separados uns dos outros: o Nordeste açucareiro e algodoeiro, o Sul da Bahia cacaueiro, as zonas cafeeiras tributárias do Rio e de São Paulo, o Sul produtor de carnes e cereais, etc. Em cada uma dessas economias regionais formou-se um bolsão industrial, que se aproveitava da própria compartimentação da economia nacional para dominar o mercado regional e crescer até onde os limites destes permitiam." (p. 94).

ção, ou era uma força social não hegemônica (caso da manufatura artesanal); sendo-o, seus interesses formavam um entrecruzamento de grandes interesses propriamente industriais, interesses comerciais de exportação-importação de produtos primários, e interesses agrários, também não é menos certo que a única solução eficaz dentro dos quadros do capitalismo, para a crise econômica geral, teria de ser o rompimento dessa indiferenciação pré-existente, mesmo que a ruptura tivesse de ser feita, a contragosto daqueles que, em última instância, mais a aproveitariam. Em síntese, o que teria de ser feito era pôr a sociedade a serviço da reprodução do capital industrial, rompendo a imobilidade da riqueza, criando mecanismos de redistribuição da renda, desenvolvendo o mercado interno, e redefinindo o papel do capital agrário e do capital comercial como subordinados e suplementares para as exigências de reprodução do capital industrial" (36).

Estão postas as condições para avançarmos em nossa análise no sentido de caracterizar as tentativas de desenvolvimento do modo capitalista de produção no Brasil, a partir de um processo particular de industrialização - a do açúcar. Tal desenvolvimento foi, como vimos, permeado pelos "irracionalismos" próprios de uma divisão de trabalho que conjugou o velho e o novo e que, retardatário e regionalmente, subjugou aquele à premência deste (37).

---

(36) Gnacarinni, J.C.A. Op. cit., p. VII.

(37) Acerca desta questão, deve ocorrer o seguinte: "Consideradas em função dela, todas as demais formas aparecem como simplesmente derivadas ou secundárias - formas derivadas, como a do capital usurário e ademais secundárias, posto que correspondem a um capital invertido em uma função específica que cai dentro de seu processo de circulação -; por isso à medida que vai evoluindo, o capital industrial tem que principiar por impor-se àquelas duas formas (comercial e usurária) e convertê-las em formas derivadas, submetidas a ele. O capital indus-

A manutenção do latifúndio monocultor no Nordeste e, conseqüentemente, de uma economia de exportação e importação, herança da sua posição no período colonial, contrastava nas formas de exploração fundiária como a que ocorria em São Paulo. Guardadas as semelhanças, em que ambas dependiam dos mercados externos, assim como submetiam-se às suas oscilações, a produção cafeeira paulista basicamente denotava a exploração capitalista da terra (38).

A constituição de um mercado de trabalho livre, oriunda das oscilações da força de trabalho escravo no final do período colonial, veio responder às necessidades próprias

---

Cont. nota 37

trial se encontra com estas outras formas tradicionais no momento em que nasce e se instaura; são condições prévias a ele, não condições que ele mesmo implante como formas de seu próprio processo de vida (...) Quando a produção capitalista se desenvolve plenamente e passa a ser o regime fundamental de produção, o capital usurário se submete ao capital industrial, e o capital comercial se converte em uma modalidade deste, em uma forma derivada do processo de circulação." (Marx, K. *História Crítica de la Teoria de la Plusvalia*, vol. III, 1945, pp. 389-390).

(38) "A dívida externa crescente e as bruscas variações das cotações internacionais do café são os indicadores de traço característico da economia brasileira durante o período aqui estudado: a dependência comercial e financeira em relação ao exterior. Esse problema agrava-se com o desenvolvimento do capitalismo." (Silva, S. Op. cit., p. 105).

Ainda conforme Sérgio Silva, "Quando o café encontrava no seu caminho terras que já eram propriedades, os proprietários dessas terras tinham, em regra geral, duas soluções: integrar-se na expansão cafeeira ou vender suas terras. Todas as duas conduziam ao mesmo resultado: a dominação do capital (...) É portanto a expansão capitalista que está na base da especulação fundiária. Com efeito, a terra em si não tem valor, ela possui um preço na medida em que representa um meio que permite a apropriação da mais valia. Em outros termos, a especulação fundiária não pode ser explicada fora da dominação do capital que dá um valor comercial à terra." (Idem, p. 72).

de expansão do capitalismo no Brasil. Dessa forma, "o estrangulamento da economia colonial exigiu, assim, a adoção de uma política de constituição de um mercado de trabalho que superasse o descompasso e forjasse as bases de uma reprodução 'natural' da força de trabalho. A criação das condições institucionais do mercado livre de trabalho (propriedade capitalista da terra e abolição da escravatura)associou-se,portanto, a uma política de imigração." (39).

A força de trabalho livre configura-se no espaço rural paulista sob a totalidade das condições de produção subordinadas ao capital cafeeiro: a propriedade da terra e a propriedade da força de trabalho livre e assalariada.

Com a decadência do café em São Paulo e o reaparecimento em algumas regiões da produção de cana-de-açúcar,não se modificam as bases das relações de produção nas fazendas.

O regime de trabalho pautado no colonato trazia às propriedades canavieiras e, principalmente, às usinas paulistas inúmeras vantagens, entre elas a manutenção de um contingente fixo de mão-de-obra qualificada, sem correr o risco de entrar em competição com outros empresários da mesma localidade e transferência dos prejuízos que, por ventura, viessem abalar a economia açucareira devido às oscilações de mercado, através de pagamento extremamente flexível e escuso, percebido pelos colonos, cujos descontos incidiam sobre as canas entregues e seus processos de pesagem.

O funcionamento capitalista destas condições encontradas nas relações de produção nas usinas de açúcar paulis-

---

(39) Martins, J. de S. *A Imigração e a Crise do Brasil Agrário*, 1973, p. 17.

tas permite verificar o seguinte:

1º) a dependência do setor industrial ao setor de mercado;

2º) a existência de um setor de subsistência, cujo trabalho é realizado nos finais de tarde, domingos e feriados, portanto, no prolongamento da jornada de trabalho, ou extração da mais-valia absoluta;

3º) a espoliação total da força de trabalho, tais como a utilização de trabalho não-pago em consertos e conservação de cercas, caminhos e debelação de incêndios.

Tais condições, que permitem captar "esse incipiente processo de mudança para uma forma mais impessoal e racionalista, são esporádicas e transitórias, ocorrendo, ainda, na maior parte dos casos, a recomposição da antiga modalidade de ajustamento" (40). Deduz-se, então, que ainda não está composto um quadro capitalista "pleno", no sentido de estar dotado plenamente das determinações capitalistas.

A partir dessas reflexões, gostaríamos de acrescentar elementos à compreensão das diferenças ocorridas nos moldes de desenvolvimento econômico nordestino e paulista, no que respeita à produção açucareira.

A penetração do fornecimento de canas como modalidade produtora no cenário paulista demonstra, por um lado, a incapacidade do empresariado em auto-abarcar o desenvolvimento capitalista acentuado deste Estado, precisando, por isso, recorrer ao "velho" esquema de tipo marcadamente comercial; por outro lado, conseguiu ao menos impor a este "velho" es-

---

(40) Marx, K. *Crítica da Economia Política*, in Pensadores, 1974, p. 33.

quema o traço complementar que faltou nas relações nordestinas. Assim, o "velho" apresenta-se substancialmente modificado e adaptado ao novo (41).

Delineiam-se, por este quadro, as condições objetivas descritas por Lenin acerca da apropriação que a agroindústria faz desta camada agrícola. No entanto, em São Paulo a pequena propriedade canavieira não sofreu nenhum processo de transição que a transformou de produtora autônoma, própria do setor de subsistência, em um setor integrado e complementar à agroindústria. A condição de subalternidade do fornecimento de canas já foi criada com esta última característica e alicerçou o processo de expansão industrial do açúcar.

O empresariado industrial de São Paulo, à semelhança do que ocorria no Nordeste, também sofria a dominação dos especuladores. Porém, os grandes complexos agroindustriais paulistas se encontravam altamente cartelizados, em esquemas que ligavam usina-refinação e comercialização (Morganti, Puglisi, Nogueira, Alves de Almeida e Ferraz de Camargo). Não se trata, porém, do mesmo grau de dependência da hegemonia

---

(41) Cf. Lenin: "Ao passar da característica de trabalho capitalista a domicílio às condições de sua difusão é preciso assinalar, antes de tudo, a ligação deste sistema com a sujeição do camponês. A falta de liberdade para deslocar-se de uma propriedade a outra, a necessidade de sofrer às vezes perdas monetárias para desvencilhar-se da terra (...), o caráter fechado, de estamento, da comunidade camponesa, tudo isso amplia artificialmente o campo de emprego do trabalho capitalista a domicílio, liga artificialmente o camponês a estas formas, as piores, de exploração. As instituições arcaicas e o regime agrário penetrado na sua totalidade pelo caráter de estamento exercem, deste modo, a influência maléfica na agricultura e na indústria, mantendo as formas tecnicamente atrasadas de produção, que se acham ligadas ao maior desenvolvimento da exploração usurária e da dependência pessoal, a situação mais difícil e mais desamparada dos trabalhadores." (*El desarollo del capitalismo en Rusia*, 1975, p. 453).

do comércio atacadista e de refino, porque os usineiros paulistas, alijados daquele esquema oligopolista, detinham vantagens quanto à proximidade dos grandes mercados consumidores internos, custos menores de transporte e maiores facilidades de acesso ao crédito bancário, já que São Paulo concentrava o capital financeiro. Por outro lado, os usineiros do Nordeste, na sua maioria reminiscentes da limitada esfera do fornecimento de matéria-prima, "comandavam", de forma penosa porque destituída de capitais, o processo de transformação. Os de São Paulo, ao contrário, muitas vezes associavam a atividade comercial de exportação e importação à atividade agro industrial; portanto, frente às usinas paulistas vinham dois setores nacionais, ainda que miscigenados ao capital estrangeiro, portadores das condições que permitiam gerar acumulação de capital. Neste sentido, era evidente que a maioria dos empresários agroindustriais paulistas podiam facilmente abrir mão do regime de fornecimento para alimentar suas moendas com cana de suas próprias lavouras. Atribui-se, então, ao que Gnacarinni define como ação estatal e defesa da matéria-prima independente da usina, para facilitar a resolução de "um problema de redistribuição da renda e uma correspondente ideologia justificadora e implementadora, que extravasavam muito além dos reduzidos limites dos negócios açucareiros privados" (42). Nessa medida, "se a garantia de uma remuneração mínima do capital dos pequenos fornecedores, parcialmente efetuadas conforme os dispositivos legais do Estatuto da Lavoura Canavieira, tornou possível a formidável expansão da área agrícola destinada à produção de cana-de-açucar e assim indiretamente financiou o crescimento das usinas e destilarias, também não é menos certo que as garantias legais e fornecedores e trabalhadores canavieiros efetivamente observadas constituíram um ônus que os usineiros nem sempre estiveram dispostos a aceitar sem compensações de outra natureza"

reira deve ser desenvolvida a partir das conseqüências da divisão do trabalho agrícola e industrial no Estado de São Paulo, medida esta que foi estimada pela visão empresarial do Estado e não agilizada por iniciativa da burguesia agroindustrial. Tal questão não veio separada do conjunto de deliberações próprias à política dirigente do Estado, que se posicionou à frente da incipiente fração burguesa paulista, preocupada mais em entabular lucros crescentes do que propriamente em solucionar as oscilações do mercado, em nome de uma conjuntura que poderia ser caracterizada por provocar crises capitalistas.

Normalmente, a cisão do setor agrícola do industrial ocorre em fase anterior à consolidação do modo capitalista de produção. No caso paulista, tais contornos vão aparecer de maneira intencional, dados pela instância legisferante, para opacionar as contradições próprias do "irracionalismo" presente no modo particular de desenvolvimento capitalista no Brasil. Na busca de suas razões, faz-se necessário resgatar a importância do plano jurídico, envolvendo a ideologia e a prática subjacente à legislação canavieira, como elementos constitutivos e fortalecedores do processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro.